

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

MONICA FRANCO

**INTERNALISMO E EXTERNALISMO NA METAÉTICA:
DA PERTINÊNCIA FILOSÓFICA DO INTERNALISMO DE JULGAMENTO**

Florianópolis
2017.

MONICA FRANCO

**INTERNALISMO E EXTERNALISMO NA METAÉTICA:
DA PERTINÊNCIA FILOSÓFICA DO INTERNALISMO DE JULGAMENTO**

Monografia submetida ao curso de graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Darlei Dall'Agnol.

Coorientador: Dr. Jonathan Elizondo Orozco.

Florianópolis

2017.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Franco, Monica

Internalismo e externalismo na metaética : da
pertinência filosófica do internalismo de julgamento /
Monica Franco ; orientador, Darlei Dall'Agnol,
coorientador, Jonathan Elizondo Orozco, 2017.
59 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Filosofia,
Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Filosofia. 2. Internalismo. 3. Externalismo. 4.
Motivação. 5. Metaética. I. Dall'Agnol, Darlei. II. Orozco,
Jonathan Elizondo. III. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em Filosofia. IV. Título.

Monica Franco

**INTERNALISMO E EXTERNALISMO NA METAÉTICA:
DA PERTINÊNCIA FILOSÓFICA DO INTERNALISMO DE JULGAMENTO**

Esta monografia foi julgada adequada para obtenção do título de bacharel em Filosofia, e aprovada em sua forma final na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II do curso de graduação em Filosofia.

Florianópolis, 20 de novembro de 2017.

Profa. Dra. Marina dos Santos,
Coordenadora do Curso

Banca examinadora:

Profa. Dra. Franciele Bete Petry (Presidente),
Universidade Federal de Santa Catarina

Dr. Jonathan Elizondo Orozco,
Coorientador – Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Dra. Janyne Sattler,
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Alessandro Pinzani (Suplente),
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas que estiveram comigo durante os anos de estudo da graduação. Agradeço, em primeiro lugar, aos meus familiares e às pessoas mais próximas pelo suporte nessa etapa da minha vida.

Agradeço ao corpo docente do departamento de Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina pelo excelente ensino. Sou grata, em especial, aos professores Darlei Dall’Agnol e Marina dos Santos, com os quais tive maior contato através de disciplinas, bolsas de monitoria e de pesquisa, e grupos de estudo.

Agradeço ao professor Darlei, cuja orientação foi essencial para o começo dos meus estudos em metaética e contribuiu significativamente na tentativa de encontrar um direcionamento para este trabalho. Devo também destacar que este trabalho é fruto de uma pesquisa de iniciação científica desenvolvida na Universidade Federal de Santa Catarina com apoio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq-BIPI/UFSC), na qual também contei com a orientação do professor Darlei.

Agradeço também ao Jonathan Elizondo Orozco por atuar como coorientador, colaborando nos procedimentos de avaliação deste trabalho, e aos professores Alessandro Pinzani, Franciele Bete Petry e Janyne Sattler por terem aceitado participar da banca examinadora.

Sou muito grata pela realização da graduação em Filosofia, que constituiu o ponto inicial da minha vida filosófica – a qual desejo que sejam ainda acrescentados muitos capítulos.

“[...] eu penso que é justo dizer que as questões ainda estão vivas e que existe mais trabalho a ser feito. Essa é uma das razões pela qual a metaética vale o nosso tempo. Há ainda muito a ser entendido e questões importantes giram em torno dela.”

Mark van Roojen, 2015.

RESUMO

O presente trabalho tem como tema central a conexão entre a moralidade e a motivação para agir, de modo que constitui, em especial, uma investigação dos debates metaéticos em psicologia moral entre o internalismo e o externalismo moral. No capítulo inicial, são abordadas as distinções conceituais envolvidas nos debates entre essas duas posições filosóficas. De uma maneira simples, o internalismo pode ser concebido como a defesa da relação necessária e interna entre moralidade, razões e motivos; e, o externalismo, como a negação dessa tese – isto é, como a defesa de uma conexão contingente e externa entre esses conceitos. De uma maneira mais específica, que leva em conta as distinções entre os tipos de internalismo encontradas na literatura filosófica, especialmente aquelas presentes em Stephen Darwall, é possível reconhecer dois debates – da moral/de razões e de razões/motivos –, cujos contextos envolvem a oposição entre internalistas e externalistas. Destaca-se, a partir de Darwall, que a maneira de conceber a natureza de uma tese internalista pode corresponder à defesa do internalismo de julgamento ou de uma forma de internalismo de existência – perceptual ou metafísico. A partir de filósofos como Mark van Roojen é possível identificar variantes mais fracas de internalismo, que consideram a presença possíveis anuladores. Assim, somente após situar e entender em que consiste o internalismo de julgamento a respeito da motivação moral, inicia-se propriamente a investigação dessa posição internalista – a qual é assumida como hipótese da pesquisa. Ou seja, é colocado o questionamento sobre o internalismo de julgamento constituir a melhor explicação a respeito da conexão entre a moralidade e a motivação para agir. A fim de satisfazer tal questionamento, o segundo capítulo procura mostrar, por meio dos argumentos de Richard Hare e Michael Smith, a possibilidade de defesa do internalismo de julgamento frente a principal objeção externalista: a que coloca a figura do amoralista como uma refutação do internalismo – como propõe, por exemplo, David Brink. A investigação prossegue, a partir da consideração do problema moral de Michael Smith, ao esclarecer as maneiras que o debate entre o internalismo e o externalismo articula-se a outras posições importantes em um cenário metaético mais amplo, como a concepção humeana da motivação e o debate entre cognitivismo e não-cognitivismo. Esse último passo é crucial, sobretudo para pensar a pertinência filosófica do internalismo de julgamento em uma teoria metaética. Por fim, para elucidar essa possível pertinência, é apresentada como exemplo a teoria metaética de Allan Gibbard, o expressivismo de normas.

Palavras-chave: Internalismo. Externalismo. Motivação. Metaética.

ABSTRACT

The present work has for central theme the connection between morality and motivation to act, so that it constitutes, particularly, an investigation of the metaethical debates in moral psychology between internalism and moral externalism. In the initial chapter, the conceptual distinctions involved in the debates between these two philosophical positions are discussed. Simply put, the internalism can be conceived as the defense of the necessary and internal relation between morality, reasons and motives; and externalism as the denial of this thesis – that is, as the defense of a contingent and external connection between these concepts. In a more specific way, which takes into account the distinctions between the types of internalism found in the philosophical literature, especially those present in Stephen Darwall, it is possible to recognize two debates – morality/reasons and reasons/motives – whose contexts involve the opposition between internalists and externalists. Stands out from Darwall that the way of conceiving the nature of an internalist thesis may correspond to defense of judgment internalism or an existence form of internalism – perceptual or metaphysical. From philosophers like Mark van Roojen it is possible to identify weaker variants of internalism, which consider the presence of possible defeaters. Thus, only after locating and understanding what judgment internalism about moral motivation consists, does the investigation of this internalist position properly begin – which is assumed to a hypothesis research. That is to say, the question is placed that judgment internalism is the best explanation of the connection between morality and the motivation to act. In order to satisfy this question, the second chapter seeks to show, through the arguments of Richard Hare and Michael Smith, the possibility of defending the judgment internalism against the main externalist objection: that which puts the figure of the amoralist as a refutation of internalism – as David Brink, for example, proposes. From the consideration of Michael Smith's moral problem, research proceeds by clarifying the ways in which the debate between internalism and externalism articulates with other important positions in a broader metaethical scenario, such as the humean conception of motivation and the debate between cognitivism and non-cognitivism. This last step is crucial, especially to think of the philosophical pertinence of internalism of judgment in a metaethical theory. Finally, in order to elucidate this possible pertinence, Allan Gibbard's meta-ethical theory, the expressivism of norms,

Keywords: Internalism. Externalism. Motivation. Metaethics.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	O INTERNALISMO MORAL E OS SEUS TIPOS.....	19
2.1	O que são o internalismo e o externalismo moral?.....	19
2.2	Tipos de internalismo: três dimensões de variação.....	21
2.2.1	Internalismo da moral/de razões e de razões/motivos.....	21
2.2.2	Internalismo de julgamento e de existência.....	24
2.2.3	Variantes fracas e fortes de internalismo.....	26
2.3	Considerações finais do capítulo.....	28
3	UM DESAFIO EXTERNALISTA CONHECIDO E ALGUMAS RESPOSTAS EM DEFESA DO INTERNALISMO DE JULGAMENTO.....	31
3.1	David Brink e o ‘amoralista’ em favor do externalismo moral.....	31
3.2	Hare: amoralistas não fazem julgamentos morais genuínos.....	33
3.3	As respostas de Michael Smith ao externalismo de Brink.....	34
3.3.1	Os amoralistas e os cegos: um paralelo com os julgamentos das cores.....	35
3.3.2	O argumento da mudança motivacional em prol do internalismo.....	37
3.4	Considerações finais do capítulo.....	39
4	O INTERNALISMO DE JULGAMENTO ENQUANTO ELEMENTO DE UM CONTEXTO METAÉTICO AMPLO.....	41
4.1	Um impasse envolvido em algo maior.....	41
4.1.1	Apresentando a concepção humeana da motivação.....	42
4.2	Apresentando ‘o problema moral’.....	43
4.2.1	Saída I: Externalismo.....	44
4.2.2	Saída II: Anti-humeísmo.....	45
4.2.3	Saída III: Não-cognitivismo.....	47
4.3	O internalismo de julgamento em uma teoria metaética: o exemplo do expressivismo de normas.....	49
4.4	Considerações finais do capítulo.....	51
5	CONCLUSÃO.....	53
	REFERÊNCIAS.....	57
	APÊNDICES.....	59

1 INTRODUÇÃO

Inserida na temática da psicologia moral filosófica, a presente monografia tem como problema a questão a respeito da conexão da moralidade com a motivação, dedicando-se, assim, às respostas oferecidas a ela nos debates metaéticos entre o internalismo e o externalismo moral – as duas posições básicas do debate. A investigação de tal problemática encontra justificativa na própria literatura filosófica. Afinal, os filósofos sempre estiveram comprometidos com posturas metaéticas em suas teorias, de modo que é possível facilmente reconhecer os grandes nomes da ética envolvidos no debate entre o internalismo e o externalismo: Sócrates, Aristóteles, David Hume e Immanuel Kant são filósofos considerados internalistas; já John Stuart Mill fornece o exemplo clássico de um externalista moral. É possível ver, também, que a discussão em psicologia moral tem implicações metaéticas importantes, conectando-se a debates epistemológicos, semânticos e ontológicos acerca da natureza da moralidade. Esse é um ponto que o presente trabalho espera elucidar, sobretudo no último capítulo.

Feitas essas considerações sobre o estudo a que esta monografia se dedica, é adequado também dizer que, a fim de realizá-lo, o trabalho precisa cumprir alguns requisitos importantes quanto a sua articulação. Em primeiro lugar, destaca-se que, tendo em vista a hipótese de que o internalismo de julgamento é a melhor explicação filosófica para a questão colocada, é necessário, antes de investigá-la, explicitar algumas distinções conceituais relevantes no complexo debate entre internalistas e externalistas.

Nesse sentido, é preciso esclarecer que o internalismo, sem maiores qualificações, pode ser concebido como a defesa da relação necessária e interna entre moralidade, razões e motivos; e, o externalismo, como a negação dessa tese – isso é, como a defesa de uma conexão contingente e externa entre esses conceitos. Essas definições sugerem, como pode ser constatado por meio de Stephen Darwall (2013), que há dois debates – da moral/de razões e de razões/motivos –, cujos contextos envolvem a oposição entre internalistas e externalistas. Destaca-se, a partir de Darwall, que a natureza de uma tese internalista pode corresponder à

defesa do internalismo de julgamento ou de um internalismo de existência – perceptual ou metafísico. O internalismo de julgamento estabelece a relação necessária entre um estado psicológico – o julgamento sobre o que deve ser feito ou sobre o que se tem razões para fazer – e a motivação para agir de acordo com ele. Já as variantes do internalismo de existência encontram-se atreladas a concepção de que existe um fato normativo – e não somente a asserção de um julgamento moral. O internalismo perceptual é a tese que sustenta que as razões e a motivação para agir provêm do conhecimento de uma proposição sobre um fato normativo, ou seja, da percepção da sua verdade. Já a tese do internalismo metafísico contém uma afirmação anterior à do internalismo perceptual: a de que a motivação não é apenas o resultado do conhecimento de uma proposição normativa, mas é o próprio fato normativo. A partir de filósofos como Mark van Roojen (2015) é possível ainda identificar variantes mais fracas de internalismo, que consideram a presença de possíveis anuladores – como “irracionalidade” ou fraqueza de vontade – em uma tese internalista, de modo que, nessas visões, a sua aplicabilidade é afetada por eles.

Assim, somente após situar e entender em que consiste o internalismo de julgamento a respeito da motivação moral, inicia-se propriamente a investigação dessa posição internalista – assumida como hipótese da pesquisa. Ou seja, é colocado o questionamento a respeito de o internalismo de julgamento constituir a melhor explicação a respeito da conexão entre a moralidade e a motivação para agir – entendendo esta última, portanto, como uma conexão entre o julgamento moral e a motivação. A primeira estratégia utilizada é confrontar os defensores dessa tese (a exemplo de Richard Hare e Michael Smith) com o principal argumento externalista – aquele defendido por David Brink. Espera-se, por meio dela, mostrar a possibilidade de defesa do internalismo de julgamento. A segunda estratégia – aventada para mostrar a pertinência filosófica do internalismo de julgamento na explicação da psicologia da moralidade, dado que ainda pode parecer que não é possível decidir os debates entre o internalismo e o externalismo –, é posicionar o internalismo de julgamento no cenário metaético. Isso pode ser feito ao reconhecer outros comprometimentos filosóficos que implicam a escolha ou a rejeição do internalismo

moral. Além de, é claro, mostrar que as teses metaéticas que abraçam o internalismo de julgamento (a exemplo da teoria expressivista de normas de Allan Gibbard) estão em melhor posição para explicar a questão central da psicologia moral filosófica, colocada no início, que diz respeito à conexão da moralidade com a motivação.

2 O INTERNALISMO MORAL E OS SEUS TIPOS

2.1 O que são o internalismo e o externalismo moral?

Em metaética, isto é, nas reflexões filosóficas de segunda ordem que têm por objetivo investigar a natureza da moralidade e da própria ética, há uma gama diversa de questões ontológicas, epistemológicas, semânticas e psicológicas. A partir desse contexto, a presente monografia considera, de modo especial, uma questão psicológica sobre a moralidade, compreendida usualmente como uma questão de 'psicologia moral'. Entretanto, precisa ser esclarecido que essa 'psicologia' – enquanto investigação metaética e, portanto, filosófica – não deve ser confundida com a disciplina científica da psicologia. O objetivo dessa área é, desse modo, investigar questões sobre os traços psicológicos gerais da prática moral para entender como esses aspectos, no contexto da metaética, podem proporcionar uma melhor compreensão da natureza da moralidade.

Tendo isso em mente, a questão central que se coloca nesse domínio de investigação metaética pode ser sintetizada através das seguintes perguntas. Pode a moralidade prover de modo necessário razões para agir e/ou necessariamente motivar os agentes? Ou essas coisas estão apenas relacionadas à moralidade de modo contingente, necessitando do incentivo de elementos externos às exigências morais para que elas ocorram? A moralidade tem de fato autoridade sobre os sujeitos morais? Em que consiste essa autoridade (ou normatividade) da moralidade?

Por ora, é preciso entender em que consistem o internalismo e o externalismo moral, enquanto as duas posições básicas que podem ser reconhecidas nos debates de psicologia moral. Algo que é central nas considerações sobre essas questões é que elas dizem respeito às relações entre três elementos: a **moralidade** (ou as exigências morais), as **razões para agir** e os **motivos** (ou a motivação). O que ficará implícito, por enquanto, é a possibilidade de separar um pouco as

questões que surgem a partir desses conceitos – bem como apresentar respostas a elas de maneiras diversas.

De modo bastante geral, o internalismo oferece a seguinte resposta às questões apontadas: deve haver uma conexão **interna** e **necessária** entre moralidade, razões e/ou motivos. Desse modo, a moralidade tem autoridade sobre nós porque nos oferece, necessariamente, razões para agir e porque é inerentemente motivadora.

A resposta externalista pode ser vista como a negação da tese internalista. Não trata-se, porém, da negação da conexão entre moralidade, razões e/ou motivos – constitui apenas a negação de uma conexão necessária entre esses elementos. Assim, segundo o externalismo, a moralidade estaria relacionada apenas de modo **contingente** com as razões que temos para agir e com a motivação. Razões para agir e motivos podem ser, por conseguinte, **externos** às exigências morais – de modo que não estão sempre garantidos por elas, como sustenta o internalismo.

Tendo em vista essas duas teses, ao fazer uma breve consideração histórica, percebe-se que as preocupações filosóficas envolvendo a psicologia moral não são recentes. É possível ver perguntas que dizem respeito a esse domínio de investigação ainda na filosofia antiga, com Sócrates, por exemplo, que tentou oferecer uma resposta à questão a respeito de quais motivações os seres humanos têm para praticar a justiça, argumentando que mesmo que o comportamento moral possa não ser tido como o mais vantajoso, ele o é, na verdade – pois é o modo de agir que se encontra atrelado à felicidade humana (PLATÃO, 1965, p. 95-105). Ao longo da história da filosofia moral, também é possível ver que os grandes nomes da ética defenderam posições internalistas (a exemplo de Aristóteles, David Hume e Immanuel Kant) e externalistas (a exemplo de John Stuart Mill).

Do lado internalista, Kant, por exemplo, defende que “as exigências morais apresentam-se como *imperativos categóricos*” (DARWALL, 2013, p. 275, em itálico no original) – isto é, que a moralidade oferece razões para agir que são universais e que independem de quaisquer fins específicos ou das inclinações sensíveis dos agentes (KANT, 2007).

Para esclarecer um pouco mais a posição externalista, é possível lembrar que, por outro lado, Mill defendeu que a autoridade da moralidade precisa ser reforçada com sanções externas – ou seja, que ela precisa de mais do que a sanção (interna) da consciência do indivíduo, devendo levar em conta também as sanções de opinião pública, e mesmo as sanções legais (MILL, 2005, p. 67-74).

Uma vez compreendidas essas duas posições de modo geral, é preciso agora fazer algumas distinções para entender os contextos nos quais a discussão do internalismo e do externalismo ocorre e os modos como essas teses são articuladas. Tal discussão permitirá lançar luz para, a partir do segundo capítulo da monografia, entender também como elas podem ser defendidas.

2.2 Tipos de internalismo: três dimensões de variação

Seguindo a classificação elaborada por Stephen Darwall (2013, p. 277-287),¹ é possível compreender com maior precisão a diversidade de afirmações metaéticas que reivindicam a posição de internalistas ou externalistas. Primeiramente, Darwall situa (1) dois debates nos quais ocorre a oposição entre internalismo e externalismo, que são, respectivamente, **da moral/de razões** e **de razões/motivos**. Depois, ele especifica (2) os tipos de internalismo que podem ser defendidos – sendo uma forma de internalismo **de julgamento** e duas formas de internalismo **de existência** (perceptual e metafísico). Outro ponto que aparece em diversos autores é a possibilidade de identificar, ainda, (3) variantes **fracas** e **fortes** de internalismo (BRINK, 1989, p. 41-42; VAN ROOJEN, 2015, p. 57-58; MILLER, 2013, p. 365-376). Eis as dimensões de variação das teses internalistas que serão reconstituídas ao longo deste capítulo.

2.2.1 Internalismo da moral/de razões e de razões/motivos

¹ Para uma classificação terminológica diferente, ver BRINK, David O. **Moral realism and the foundations of ethics**. Cambridge University Press, 1989, p. 37-43.

Em primeiro lugar, é preciso dizer que é possível diferenciar dois debates nos quais as posições internalistas e externalistas podem surgir no âmbito da psicologia moral. O primeiro deles é a respeito da conexão entre moralidade e razões, e, o outro, a respeito da conexão entre razões e motivos. Isso se deve a uma divisão entre os tipos de razões que existem – uma vez que tanto razões quanto motivos são, na verdade, dois tipos de razões. A diferença básica que há entre razões e motivos pode ser expressa nos seguintes termos: falar em ‘razões’ é dizer algo sobre *razões normativas ou justificativas*, enquanto falar em ‘motivos’ é dizer algo sobre *razões motivadoras ou explicativas*. Uma *razão normativa* é aquela que está fundada sobre exigências morais, de modo que ela serve como uma *razão justificativa* para o sujeito que a tem; já uma *razão motivadora* não se encontra fundada na moralidade, de modo que constitui uma mera *explicação* do por que um sujeito se moveu de modo a praticar um ato – ou seja, ela corresponde a sua motivação para tê-lo realizado.

Prosseguindo com a exposição da primeira distinção colocada por Darwall, é possível ver que as posições no debate da moral/razões dividem-se da seguinte maneira. Internalistas defendem o vínculo necessário entre a moralidade e as razões normativas, de forma que as exigências morais (i) nos oferecem necessariamente razões para agir e (ii) que se sobrepõem a outras. Essa tese pode ser qualificada de diversas maneiras, como ainda será apresentado. Darwall oferece a seguinte definição para essa forma de internalismo:

O *internalismo moral/de razões*, como podemos chamá-lo, sustenta que as razões para agir são internas às exigências morais no seguinte sentido: se S deve [...] moralmente fazer A, então existe necessariamente uma razão para que S faça A, a qual consiste ou bem no fato de que S deve [...] moralmente agir assim ou bem em considerações que fundamentam esse fato (DARWALL, 2013, p. 277, em itálico no original).

Externalistas, por outro lado, não endossam essa conexão necessária, podendo negar tanto (i) ou (ii). Como Darwall coloca, o *externalismo moral/de razões*:

[...] sustenta que podemos não ter razão alguma para fazer aquilo que moralmente devemos [...]; razões morais não são necessariamente, nelas

mesmas, razões para agir ou, pelo menos, não o são enquanto razões preponderantes (DARWALL, 2013, p. 277).

Dessa forma, nesse debate, os externalistas questionam a noção de razão para agir e pensam sobre os tipos de razão que existem (DARWALL, 2013, p. 278). Philippa Foot, por exemplo, já defendeu² uma concepção que considerava como o critério da racionalidade aquilo que “promove a satisfação dos desejos e dos interesses de um agente” (DARWALL, 2013, p. 278). Ora, uma concepção de racionalidade como essa pode se relacionar apenas de modo contingente com a moralidade – visto que desejos e interesses nem sempre estão de acordo com aquilo que é moralmente exigido.

O segundo debate, desta vez sobre razões/motivos, pode se apresentar como uma questão ainda mais fundamental, relacionada à “autoridade racional” (ou à “normatividade”) das demandas morais (DARWALL, 2013, p. 279). Tendo isso presente, a estratégia geral do *internalismo de razões/motivos* é, após se perguntar sobre o que faz algo ser uma razão para agir, responder apelando para uma conexão com a motivação – ou seja, relacionando razões normativas e motivadoras. Novamente, essa tese pode ser qualificada de diversas formas – como será visto. Darwall a apresenta de modo esquemático da seguinte maneira:

O internalismo de razões/motivos sustenta que uma condição necessária para que p venha a constituir uma razão para S fazer A é a de que S pode ter, e sob condições adequadas de fato teria, alguma motivação para fazer A em virtude de uma consciência adequada de p (DARWALL, 2013, p. 279, em itálico no original).

Externalistas, entretanto, não enxergam problemas em insistir em uma relação contingente, e negar as reivindicações internalistas. Para eles, a moralidade pode constituir “uma preocupação plenamente respeitável”, mesmo que não possua uma autoridade intrínseca (DARWALL, 2013, p. 278). Veremos mais sobre o externalismo e seus defensores a partir do segundo capítulo.

2 Como Darwall deixa claro, Philippa Foot já não defende mais essa posição. Ver DARWALL, Stephen. Razões, motivos e as exigências da moralidade: uma introdução. In: DARWALL, Stephen; GIBBARD, Allan; RAILTON, Peter. **Metaética: algumas tendências**. Série Ethica. DALL'AGNOL, Darlei (Org.), tradução de Janyne Sattler. Ed. da UFSC, 2013, cap. 6, p. 278.

Por ora, mais distinções precisam ser feitas a respeito do internalismo moral. Afinal, é possível entender a natureza de uma conexão como essa de diversas maneiras, como será visto a partir da próxima seção.

2.2.2 Internalismo de julgamento e de existência

A fim de delinear as diferentes posições que podem surgir dessa primeira distinção – que apresenta os dois debates em que o internalismo pode vir à tona –, é possível introduzir uma segunda. Essa distinção acrescenta a noção de que o internalismo pode se apresentar de três formas distintas: a de julgamento, a de existência perceptual e a de existência metafísico. Vejamos em que elas consistem e quais as suas diferenças.³

Darwall caracteriza o internalismo de julgamento da seguinte forma:

O internalismo de julgamento sustenta que se S julga (ou crê, ou sinceramente afirma) que ele deve [...] fazer A (ou que ele tem uma razão para fazer A), então ele tem, necessariamente, uma motivação para fazer A (DARWALL, 2013, p. 281, em itálico no original).

Entendido dessa forma, essa tese estabelece a relação necessária entre um estado mental – o julgamento sobre o que deve ser feito ou sobre o que se tem razões para fazer – e a motivação para agir de acordo com ele. Como Darwall (2013, p. 281-282) explica, “essa é uma visão acerca da natureza do pensamento normativo e da linguagem normativa”. Ele aponta que as formas de internalismo de julgamento são empregadas principalmente por não-cognitivistas, sejam eles: defensores do expressivismo, como Allan Gibbard; do prescritivismo, como Richard M. Hare; ou do emotivismo, como Charles L. Stevenson (DARWALL, 2013, p. 282). Como ainda será visto no terceiro capítulo, os defensores dessas teorias tendem a rejeitar o realismo e o cognitivismo, admitindo que não existem fatos morais aos quais a motivação possa estar relacionada – relegando essa conexão ao julgamento moral.

³ O objetivo aqui, no contexto deste capítulo, é apenas caracterizar essas teses. Elas serão objeto de uma discussão mais detalhada a partir do próximo capítulo.

Desse modo, o internalismo de existência pressupõe – contrariamente à tese de julgamento – a existência de fatos normativos. Uma forma de internalismo, dentro dessa classificação, é o internalismo de existência perceptual. Darwall o caracteriza da seguinte maneira:

O internalismo perceptual sustenta que é impossível que uma pessoa conheça diretamente ou perceba a verdade de uma proposição normativa sem ser por isso movida (DARWALL, 2013, p. 282).

Essa forma de internalismo afirma que a motivação está ligada necessariamente ao contato epistêmico com os fatos normativos. Conhecer a verdade das proposições afirmadas sobre eles faz com que, automaticamente, se tenha razões ou que se esteja motivado a agir de acordo com elas. É possível apresentar essa forma de internalismo de maneira esquemática como se segue. Seja *P* uma proposição sobre um fato normativo *N*. Para *S*, conhecer ou perceber a verdade de *P* é ter, necessariamente, razões (ou motivação) para fazer *A*.

É possível associar facilmente essa posição internalista a Platão (DARWALL, 2013, p. 282). De fato, esse filósofo concebia o Bem como uma ideia cujo conhecimento era condição suficiente para produzir nos seres humanos a motivação para realizar o que é bom. Além do platonismo, Darwall aponta como defensores do internalismo perceptual os teóricos da sensibilidade David Wiggins e John McDowell⁴ e os intuicionistas racionais Samuel Clarke e Richard Price (DARWALL, 2013, p. 282).

A outra forma de internalismo de existência é o internalismo metafísico. Como Darwall a apresenta:

O *internalismo metafísico (de existência)* afirma, por outro lado, que o fato de que um agente seja movido (em condições apropriadas), é ou bem parte daquilo que faz com que uma proposição normativa seja verdadeira a seu respeito, ou bem uma condição necessária para a subsistência daquele fato normativo (DARWALL, 2013, p. 283, em itálico no original).

4 Esses filósofos defendem teorias que “inspiraram-se na ideia segundo a qual os juízos normativos ou avaliativos podem manter alguma analogia com os juízos de qualidades secundárias ou outros juízos essencialmente ligados ao exercício de certas sensibilidades humanas” (DARWALL; GIBBARD; RAILTON, 2013, p. 60). Para mais detalhes, conferir DARWALL, Stephen; GIBBARD, Allan; RAILTON, Peter. **Metaética: algumas tendências**. In: DALL’AGNOL, Darlei (Org.); tradução de Janyne Sattler. Florianópolis: Editora UFSC, 2013, p. 60-75.

Essa tese contém uma afirmação anterior à do internalismo perceptual: a de que a motivação não é apenas o resultado do conhecimento de uma proposição normativa, mas é o próprio fato normativo – seja aquilo que o faz ser verdadeiro, ou aquilo que o constitui. Nesse sentido, a diferença entre os dois internalismos de existência está precisamente em saber se a motivação constitui ou não os fatos normativos. Por essa razão, o internalismo perceptual pode ser chamado também de ‘não-constitutivo’ e, o metafísico, de ‘constitutivo’, em suas relações com os fatos normativos (DARWALL, 1992, p. 158-159)

Darwall aponta como exemplos de defensores do internalismo metafísico o filósofo Bernard Williams, e faz notar que essa posição é, em especial, abraçada pelas teorias das razões práticas,⁵ sejam elas de inspiração kantiana – como as defendidas por Christine Korsgaard, Thomas Nagel e pelo próprio Darwall – ou hobbesiana – a exemplo de David Gauthier (DARWALL, 2013, p. 284-290).

2.2.3 Variantes fracas e fortes de internalismo

Outra distinção recorrente na literatura filosófica, que pode ser acrescentada às apresentadas acima, reconhece variantes fracas e fortes dos tipos de internalismo moral. Trata-se de outra distinção sobre a natureza da conexão necessária que as teses internalistas sustentam (VAN ROOJEN, 2015, p. 57).

Para esclarecer o que é acrescentado com essa distinção, é possível utilizar o exemplo da posição internalista de julgamento a respeito da conexão com a motivação. A conexão, como foi dito, ocorre de modo necessário quando S realiza um julgamento sobre fazer A. Essa tese pode sofrer variações no sentido de que essa conexão necessária se manifeste, agora, apenas dentro de condições específicas. Isto é, apenas dentro de condições em que não ocorre a presença de anuladores – que, como o nome sugere, atuam anulando a motivação que se

5 São teorias que fundam a objetividade da ética nas “exigências universais impostas a partir do interior das razões práticas de um agente”, conforme é explicado em DARWALL, Stephen; GIBBARD, Allan; RAILTON, Peter. **Metaética: algumas tendências**. In: DALL’AGNOL, Darlei (Org.); tradução de Janyne Sattler. Florianópolis: Editora UFSC, 2013, p. 35-42.

seguiria de um julgamento moral. Tais elementos, portanto, restringem o contexto em que uma tese internalista é aplicável – enfraquecendo-a. Por outro lado, em uma tese internalista forte, é afirmado que a motivação se segue invariavelmente do julgamento feito (VAN ROOJEN, 2015, p. 57).

Desse modo, considerando a diversidade de anuladores – que cria, igualmente, uma diversidade de internalismos fracos –, alguns exemplos são: irracionalidade; fraqueza de vontade; e mesmo uma qualificação implícita como, por exemplo, a de que “julgamentos morais devem ser capazes de motivar” (VAN ROOJEN, 2015, p. 57-58, tradução nossa). É possível, tendo em vista estes três anuladores, fazer mais esclarecimentos sobre as variantes fracas e fortes de internalismo.

No primeiro caso de anulador, o internalismo que o leva em conta afirma que somente em indivíduos racionais haverá a conexão necessária alegada. Um exemplo dessa posição é fornecido por Christine Korsgaard, defensora de uma forma de internalismo de existência metafísico. Ela considera, desse modo, que “a *razão para agir* é, [...], o *status* que uma consideração *adquire* em virtude do fato de que ela é uma razão motivadora para aquele que delibera racionalmente” (DARWALL, 2013, p. 287, em itálico no original).

Quanto ao segundo caso de anulador, ele corresponde à defesa de que condições psicológicas – como um estado depressivo, ou a ausência de virtude (como a coragem, requerida para um ato em particular, por exemplo) –, podem fazer com que a vontade falhe, impossibilitando que a pessoa que as possui consiga agir de acordo com a maneira por ela pretendida. Um exemplo clássico a esse respeito se encontra na posição ética de Aristóteles (ARISTÓTELES, 1980), que defende a existência do fenômeno da acrasia (ou fraqueza de vontade), no qual um indivíduo que ainda não internalizou a disposição virtuosa de caráter não consegue colocar em prática a virtude que lhe é exigida.

Ainda sobre a acrasia, é interessante perceber que Aristóteles traz esse tema à discussão a partir da discordância com uma posição socrática bem conhecida. Como foi dito na explicação do internalismo perceptual, Platão defendia o vínculo

necessário entre o contato epistêmico com a ideia de Bem e a motivação moral. De fato, a tese socrática ia além dessa afirmação de uma necessidade – pois, afirmava também que o conhecimento do Bem seria suficiente para motivar os seres humanos a agir de acordo com ele. Para os nossos propósitos, é relevante compreender que Aristóteles defendeu uma forma de internalismo mais fraca que a de Sócrates, pois aceitava a possibilidade da fraqueza de vontade intervir entre a deliberação moral e a sua prática. Sócrates, por outro lado, possuía uma visão internalista forte – por considerar que a motivação deveria sempre seguir-se do conhecimento do Bem.

Por fim, em relação ao terceiro caso considerado, a qualificação postulada funciona como um anulador porque reivindicar a capacidade dos julgamentos morais de motivar é bem diferente de afirmar que eles devem motivar sempre (VAN ROOJEN, 2015, p. 58). É possível entender, com esse exemplo, que mudanças na formulação de uma tese internalista podem, implicitamente, fazer com que a sua ocorrência seja condicionada de alguma forma.

2.3 Considerações finais do capítulo

Neste capítulo, as teses internalistas foram caracterizadas – tanto de modo geral, como em suas dimensões de variação. Na primeira seção, tendo como referência a relação entre moralidade, razões e motivos (sem maiores qualificações), consideramos o internalismo como a defesa da relação necessária e interna entre esses elementos. Por outro lado, caracterizamos a posição externalista como a negação dessa tese – isso é, como a defesa de uma conexão contingente e externa entre esses conceitos. A partir da segunda seção, começamos a qualificar, com apoio na literatura, o internalismo moral. Foram identificados dois debates – da moral/de razões e de razões/motivos –, cujos contextos envolvem a oposição entre teses internalistas e externalistas. Foi destacado, também, que a natureza de uma tese internalista pode variar muito, a depender daquilo que ela considera “ligado de maneira interna e necessária”: pode ser o julgamento moral (internalismo de

juízo), ou algo relacionado a fatos normativos (internalismo de existência). Nesse último caso, pode ser o conhecimento dos fatos (internalismo de existência perceptual) ou o próprio fato (internalismo de existência metafísico). Por fim, foi apontada ainda a possibilidade de identificar variantes mais fracas das teses internalistas, que consideram a atuação de possíveis anuladores – os quais podem ser os mais diversos, conforme foi esclarecido através de exemplos. Esses elementos atuam anulando a conexão que em uma tese internalista forte estaria garantida de modo invariável.

Dessa forma, as dimensões de variação do internalismo aqui apresentadas sinalizam o interesse na formulação e no aprimoramento dessa posição metaética. Por conta disso, os debates no domínio da psicologia moral têm sido muito ricos e disputados – em busca do alcance da melhor tese filosófica a esse respeito, seja ela internalista ou externalista. Por esse motivo, ter clareza das possibilidades e dos elementos conceituais que permeiam essas teses mostra-se importante, e oferece, para a presente monografia, o pano de fundo teórico para a discussão desenvolvida a partir do próximo capítulo. Essa discussão se preocupa com a pertinência filosófica do internalismo e sua possibilidade de defesa frente ao externalismo, considerando, de modo especial, as teses internalistas de juízo. Desse modo, a investigação que se seguirá visa entender, posteriormente, no terceiro capítulo, em que medida, em meio às várias formas de internalismo, uma tese desse tipo pode contribuir para esclarecer, principalmente, a relação da moralidade com a motivação.

3 UM DESAFIO EXTERNALISTA CONHECIDO E ALGUMAS RESPOSTAS EM DEFESA DO INTERNALISMO DE JULGAMENTO

3.1 David Brink e o 'amoralista' em favor do externalismo moral

Uma vez apresentado o internalismo, através da classificação de Darwall e da distinção adicional entre formas de internalismo mais fracas e mais fortes, despontam agora vários questionamentos. O principal deles é saber se, de fato, o internalismo tem maior peso filosófico quando comparado às teses externalistas. Além disso, ao fazer essa pergunta, queremos colocá-la de modo a investigar se, especificamente, o internalismo de julgamento consegue resistir tanto (i) aos ataques do externalismo e (ii) à concorrência das variantes (perceptual e metafísica) provenientes do internalismo de existência. Nesse sentido, o presente capítulo se concentra em (i), para, no próximo capítulo, se orientar a partir de (ii), que exige uma perspectiva de tratamento mais geral.

Seguindo pelo caminho proposto acima, iniciaremos com a apresentação de um argumento externalista – cujo defensor mais proeminente é David Brink (BRINK, 1989).⁶ A relevância do argumento consiste no fato de que o debate e os desafios propostos pelos externalistas têm sido conduzidos a partir da figura do amoralista nele encontrada (LENMAN, 2014). Em um segundo momento, teremos como foco as respostas e argumentos de dois defensores do internalismo de julgamento (Richard Hare e Michael Smith) a fim de apontar para a pertinência filosófica dessa tese frente ao externalismo moral, tendo considerado o amoralista de Brink. Buscaremos no presente capítulo, desse modo, compreender se existem razões filosóficas relevantes para sustentar a tese internalista de julgamento nos debates de psicologia moral.

Contudo, antes de apresentar o argumento – e o amoralista –, é importante expor a ideia que Brink tem em mente ao defendê-lo. Ele pensa que parece fazer

6 Também Sigrún Svavarsdóttir contribuiu com o argumento externalista a respeito do amoralista (LENMAN, 2014). Conferir SVAVARSDÓTTIR, Sigrún. Moral Cognitivism and Motivation. *The Philosophical Review*, Cornell University, vol. 108, No. 2. (Apr., 1999), 161-219.

sentido, ao olhar para as demandas morais, colocar a pergunta “Por que ser moral?”. Brink acredita que é preciso oferecer uma justificativa para essa pergunta, pois defende o que ele chama de *ceticismo amoralista* – isto é, uma forma de ceticismo que “aceita a existência de fatos morais e admite que nós possuímos conhecimento moral, e questiona por que nós deveríamos nos importar com esses fatos” (BRINK, 1989, p. 46, tradução nossa). Assim, esse tipo de ceticismo defende que deve estar aberta a possibilidade de as razões e motivações dos agentes não se seguirem de maneira necessária da moralidade. Sendo colocada nesse contexto, a figura do amoralista pretende servir de contraexemplo ao internalismo, ao visar conter em si a preocupação do ceticismo amoralista:

A figura real ou ficcional do amoralista – alguém que é indiferente ao que ele admite ser considerações morais – é a maneira tradicional de plantear o que eu tenho chamado de ceticismo amoralista – ceticismo a respeito da justificação ou racionalidade das demandas morais (BRINK, 1989, p. 48, tradução nossa).

Com essa definição, esse filósofo pretende mostrar que o externalismo moral oferece a melhor explicação filosófica para a relação entre a moralidade e a motivação. No que segue, serão vistas as respostas dos internalistas de julgamento Richard Hare e de Michael Smith ao externalismo de Brink, levando em conta a formulação da definição do amoralista que toca mais diretamente essa forma de internalismo,⁷ tal como aparece, por exemplo, em Van Roojen:

[...] [o amoralista é alguém que] sinceramente concorda com um **juízo moral** de que algum tipo de ato é moralmente requerido, mas que não sente a mínima parcela de **motivação** para performá-lo (VAN ROOJEN, 2015, p. 206, ênfase acrescentada, tradução nossa).

7 É importante mencionar que o argumento do amoralista pode ser colocado também contra o internalismo *da moral/de razões*. Conferir VAN ROOJEN, Mark S. **Metaethics: a contemporary introduction**. Routledge contemporary introductions to philosophy. Taylor & Francis, 1. ed., 2015, p. 206-207 e SMITH, Michael. **The Moral Problem**. Blackwell Publishing, 1994, p. 66.

3.2 Hare: amoralistas não fazem julgamentos morais genuínos

Iniciaremos a exposição a respeito das respostas internalistas com o filósofo Richard Hare, que alega que os amoralistas, na verdade, não fazem julgamentos morais genuínos, mas o que ele chama de “julgamentos morais entre aspas”⁸ (HARE, 1952, p. 124-126; 163-165). É possível iluminar a discussão – e entender como pode funcionar essa resposta internalista ao argumento de Brink – ao refletir a respeito do seguinte exemplo:

Imagine um antropólogo que estuda uma tribo fictícia de pessoas que chamaremos os *Membini*, os quais possuem em sua linguagem a palavra “maalu”. Há diversas coisas que essas pessoas consideram maalu: fugir em batalha, dormir com um membro da própria família, comer carne de asno e assim por diante. Os Membini geralmente tentam não fazer coisas que são maalu e tratam aqueles que as fazem com censura e hostilidade. Agora imagine que o antropólogo durante uma palestra diga: “Comer carne de asno é maalu.” O que ele está fazendo? Plausivelmente, ele *não* está fazendo o que os *membros da tribo* fazem *eles próprios* quando dizem isso (LENMAN, 2014, em itálico no original, tradução nossa).

A partir do exemplo, é possível perceber que o antropólogo se posiciona de maneira distante em relação aos julgamentos morais feitos pelos membros da tribo. Enquanto esses últimos utilizam o termo moral ‘maalu’ como algo que tem significado prático na maneira como conduzem as suas vidas, o antropólogo, ao contrário, utiliza esse termo de maneira distante, como um “espectador desse mundo e o conceito ‘maalu’ é de nenhum significado *prático* para ele” (LENMAN, 2014, em itálico no original, tradução nossa). Esse exemplo parece sugerir que, “em vez de acreditar que uma ação é má ou errada, eles [os amoralistas] apenas acreditam que ela é ‘má’ ou ‘errada’, onde as aspas indicam certa distância da perspectiva que fornece o rótulo” (VAN ROOJEN, 2015, p. 61, tradução nossa).

Dessa forma, o amoralista – assim como o antropólogo – é alguém que se posiciona de maneira distante às demandas morais, embora agora o seja em relação a sua própria sociedade (LENMAN, 2014). Seja como for, o internalista dirá que o amoralista não está, como queria Brink, fazendo um julgamento moral sem

⁸ Essa será a tradução adotada neste trabalho para a expressão ‘*inverted commas moral judgements*’.

sentir-se motivado por ele. Em primeiro lugar, ele não estaria sequer fazendo um julgamento moral – e isso explica a ausência de motivação moral, como ocorre, semelhantemente, com o antropólogo ao utilizar a palavra ‘maalu’. Uma estratégia internalista é, dessa forma, chamar a atenção para o fato de que os julgamentos morais feitos pelo antropólogo tem um sentido diferente daqueles feitos pelos membros da tribo, o de entre aspas. Ou seja, eles, na verdade, não estão fazendo a mesma coisa. Por conseguinte, com essa resposta, é possível pensar que a objeção externalista falha em demonstrar que os julgamentos morais podem não ter a capacidade inerente de oferecer motivação.

Entretanto, antes que a discussão termine decidindo em favor do internalismo com o argumento de Hare, há ainda uma resposta disponível ao externalista. Ele pode alegar que a descrição oferecida pelo argumento não captura todas as possibilidades de amoralistas e, portanto, que não é correto querer entendê-los “como simplesmente fazendo julgamentos entre aspas” (LENMAN, 2014, tradução nossa). Para citar um exemplo a respeito disso,⁹ é possível imaginar um amoralista que faz julgamentos morais muito peculiares, podendo ser o caso de que eles, inclusive, destoem fortemente do esperado (SVAVARSDÓTTIR, 1999, p. 189). Julgamentos como esses não parecem se adaptar de maneira plausível à ideia de que os julgamentos morais dos amoralistas são a respeito do que outros consideram correto (LENMAN, 2014).

Esse último ponto nos instiga a refletir até que ponto essa resposta de Hare é suficiente para lidar com a objeção do amoralista – apesar de ela ter se mostrado promissora de início.

3.3 As respostas de Michael Smith ao externalismo de Brink

Smith menciona que as tentativas de resposta ao amoralista pouco tentaram negar *a existência* dessa figura; em vez disso, os internalistas têm insistido em

9 Mais desdobramentos nas respostas de internalistas e externalistas podem ser conferidos em LENMAN, James. Moral Naturalism. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Spring 2014 Edition), Edward N. Zalta (ed.). Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2014/entries/naturalism-moral/>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

negar que eles façam julgamentos morais genuínos – a exemplo de Hare, que aponta que eles utilizam os termos morais em um sentido diferente, o entre aspas. Esse modo de ver as coisas propõe, assim, que a existência de amoralistas não é incompatível com o internalismo (BRINK, 1989, p. 46).

Entretanto, Smith compartilha da mesma sensação que Brink, pois não considera uma resposta como a de Hare satisfatória: “o internalismo não teria levado o desafio do amoralista a sério o bastante” (BRINK, 1989, p. 47; SMITH, 1994, p. 68). Para Smith, a resposta de que os julgamentos morais dos amoralistas não são genuínos *porque* são feitos no sentido de entre aspas, deveria ser capaz de dar conta de todos os casos em que amoralistas fazem uso das palavras morais, inclusive, quando aquilo que eles dizem destoa das opiniões das outras pessoas – caso em que ele considera que a resposta é insuficiente (SMITH, 1994, p. 68). Desse modo, Smith concorda com a ideia de que os amoralistas não fazem, na verdade, julgamentos morais; porém, ele discorda de que por causa disso é preciso dizer que eles fazem algum outro tipo de julgamento (SMITH, 1994, p. 68). Ele pensa, portanto, que os problemas na resposta internalista surgem quando esse segundo passo é dado, de tal forma que “o *melhor* que podemos dizer sobre os amoralistas é que eles tentam fazer julgamentos morais mas falham” (SMITH, 1994, p. 68, em itálico no original, tradução nossa). A partir do que foi dito, vejamos agora como Smith procura responder ao externalismo de Brink.

3.3.1 Os amoralistas e os cegos: um paralelo com os julgamentos das cores

Para explicar por que os amoralistas não fazem julgamentos morais, Smith sugere uma comparação interessante que leva em conta os julgamentos a respeito das cores (SMITH, 1994, p. 68-71). Ela possibilita pensar se tem realmente sentido a reivindicação do amoralista colocada pelo externalismo moral. Smith introduz a comparação através de um exemplo:

O problema pode ser trazido ao refletir sobre o caso de alguém, cego de nascença, que possui um método confiável para usar termos a respeito das cores. Nós podemos imaginar que ele foi conectado a uma máquina a partir

do seu nascimento que o permite sentir, através da sua pele, quando um objeto tem as propriedades apropriadas de reflectância da superfície (SMITH, 1994, p. 69, tradução nossa).

A partir do exemplo, Smith afirma que uma pessoa como essa pode se sair tão bem na conversa e prática comum de atribuição das cores a ponto de desenvolver, inclusive, uma facilidade em utilizar os termos relacionados a elas. Ele sugere, então, a seguinte explicação para uma situação como essa:

Entretanto, apesar da facilidade que uma pessoa cedo tenha com a linguagem das cores, muitos teóricos pensaram que nós deveríamos ainda assim negar que ela possui conceitos das cores ou domínio dos termos sobre as cores. [...] eles podem insistir que apesar de que ela está tentando fazer julgamentos sobre as cores, uma vez que ela não conta como uma possuidora dos conceitos das cores, ela falha (SMITH, 1994, p. 69, tradução nossa).

Smith, então, propõe avaliar o amoralista de Brink à luz do exemplo do julgamento do cego sobre as cores. Adaptando o que Smith diz de modo a formar um argumento – e substituindo os termos sobre cores por termos morais –, é possível perceber em maior detalhe a objeção de Brink contra o internalismo moral:

P1 Uma vez que pessoas cegas [amoralistas] podem confiavelmente usar termos sobre cores [termos morais] dessa maneira,

∴ se segue que elas possuem total domínio dos termos sobre cores [termos morais]. [Ou seja, elas] podem confiavelmente dizer 'A grama é verde', 'Carros de bombeiros são vermelhos', e assim por diante [fazer julgamentos morais], enquanto ainda sendo completamente cegas [sem sentir qualquer motivação] (SMITH, 1994, p. 70, tradução nossa).

Para Smith, essa objeção não é boa, porque ela “simplesmente assume a conclusão pela qual deveria argumentar em favor” (SMITH, 1994, p. 70, tradução nossa). Isso porque ela assume que os amoralistas possuem total domínio sobre os termos morais – o que os capacitaria para fazer julgamentos morais. O externalista deveria, em primeiro lugar, argumentar em favor dessa afirmação, visto que ele simplesmente a deduz a partir da forma como os amoralistas usam os termos morais. Como foi visto no caso dos cegos, esse ponto pode ser questionado, pois o uso não assegura que eles tenham o domínio dos termos e façam julgamentos

sobre as cores.¹⁰ Dessa forma, segundo Smith, o argumento externalista, da forma como é colocado, acaba por decidir a questão contra o internalismo moral. Isso porque, segundo Smith:

Ele [Brink] assume que o uso confiável do amoralista é evidência do seu domínio desses termos; assume que estar adequadamente motivado dentro das condições apropriadas não é uma condição de domínio dos termos morais (SMITH, 1994, p. 70, tradução nossa).

Internalistas, por outro lado, parecem mais sensatos aos olhos de Smith. Eles “não aceitam essa concepção do que é ter domínio dos termos morais que torna apropriada essa interpretação prejudicial do uso dos termos morais pelo amoralista” (SMITH, 1994, p. 70, tradução nossa).

Dessa maneira, pelo fato de a discussão entre internalistas e externalistas ter sido conduzida a partir desse desacordo fundamental, Smith considera que é apropriado, em primeiro lugar, encontrar um ponto que os dois lados concordem, pois somente assim seria possível avançar no debate. Veremos, a seguir, de que maneira ele propõe fazer isso ao propor a constatação de um “fato marcante” a respeito da moralidade.

3.3.2 O argumento da mudança motivacional em prol do internalismo

A partir dos resultados da comparação com os julgamentos sobre cores, Smith sugere que é preciso fornecer algum argumento independente em prol do internalismo – ou mesmo do externalismo moral (SMITH, 1994, p. 70-71). Antes de passar ao argumento, consideremos rapidamente a tese internalista de Smith, tal como é sintetizada por Miller:

Se um agente julga que é correto para ele fazer G nas circunstâncias C, então ou ele está motivado a fazer G em C ou ele é irracional no sentido prático (MILLER, 2013 p. 365, tradução nossa).

¹⁰ Esse ponto pode ser resistido por uma perspectiva wittgensteiniana, que reconhece o uso justamente como o critério para análise da linguagem.

A conexão presente nessa forma de internalismo de julgamento é fraca por levar em conta a presença de anuladores que podem constituir uma “irracionalidade prática” do agente, “como fraqueza de vontade, apatia, desespero ou algo semelhante” (MILLER, 2013, p. 366-367, tradução nossa).¹¹ É possível notar também que Smith oferece uma caracterização não-trivial da racionalidade prática como a “conexão entre a formação do julgamento moral e a motivação para agir conforme esse julgamento prescreve na pessoa *boa e com vontade forte*” (MILLER, 2013, p. 367, em itálico no original, tradução nossa; SMITH, 1994, p. 71).

O argumento que Smith apresenta em favor da aceitação do internalismo é o “da mudança motivacional” (VAN ROOJEN, 2015, p. 62, tradução nossa). O argumento parte da consideração de um *striking fact* – um “fato marcante” – da moralidade, que tanto internalistas quanto externalistas concederiam. Segundo Smith, é facilmente notado que, em uma pessoa boa e com vontade forte, “uma *mudança na motivação* segue seguramente uma *mudança no julgamento moral*” (SMITH, 1994, p. 71, em itálico no original, tradução nossa). É possível utilizar o seguinte exemplo, oferecido por Miller, para entender o fato marcante de Smith:

[...], considere dois agentes engajados em um argumento a respeito de alguma questão moral fundamental: Jill acredita que é errado comer carne, enquanto James acredita que se alimentar de carne é moralmente permissível. Suponha, para o bem do argumento, que James é uma pessoa boa, com vontade forte e, de qualquer maneira, praticamente racional. Suponha também que Jill consiga convencer James que se alimentar de carne é moralmente impermissível, e que então ele venha a revisar o seu julgamento moral a respeito dessa questão (MILLER, 2013, p. 368, tradução nossa).

Tendo em vista o exemplo, Smith argumenta que o internalista não tem a menor dificuldade em explicar como a mudança no julgamento moral de James (de passar a considerar que comer carne é errado) provocaria uma mudança na sua motivação (que agora supõe-se que seja evitar comer carne). Como o internalismo afirma que faz parte da natureza dos julgamentos morais o fato de que eles motivam necessariamente, é possível entender a mudança da motivação de James como a

11 Como Miller indica, conferir SMITH, Michael. **The Moral Problem**. Blackwell Publishing, 1994, p. 120.

tentativa de a sua nova motivação se acomodar ao conteúdo do novo julgamento moral feito por ele, seguindo-o de maneira necessária (SMITH, 1994, p. 72).

O externalista, por outro lado, explica que a nova motivação de James dependeu da presença de um novo desejo ou interesse – dado que apenas o julgamento a respeito de não comer carne não poderia tê-lo motivado de modo necessário. Assim, nos casos de mudança motivacional, o externalista apenas reconhece a atuação de um desejo mais geral, algo como uma “motivação para fazer a coisa certa” (SMITH, 1994, p. 74, tradução nossa). Essa explicação, para Smith, é problemática, porque, se correta, compreende que as pessoas boas derivam a sua motivação para agir nas diversas situações desse desejo geral de fazer o que é certo – transformando “esse fetiche moral em uma e na única virtude moral” (SMITH, 1994, p. 76, tradução nossa).

Smith pensa dessa maneira porque entende que pessoas boas se interessam, na verdade, não-derivativamente por aquilo que devem fazer – e isso ele acredita estar de acordo com o internalismo, mas não com o externalismo moral. No entanto, é questionável se esse argumento consegue, de fato, colocar o internalismo em vantagem frente ao externalismo.¹²

3.4 Considerações finais do capítulo

Neste capítulo foram apresentadas as linhas gerais do argumento externalista de David Brink que propõe o amoralista como uma objeção ao internalismo. Exibimos algumas das principais respostas de internalistas de julgamento, primeiro, com Richard Hare, que defende que o amoralista não oferece nenhuma ameaça a essa posição filosófica. Isso porque os amoralistas não fazem, na verdade, julgamentos morais, e, portanto, não há lugar para a queixa de que a motivação não está presente neles. A explicação oferecida por Hare é a de que os amoralistas

12 Miller (2013, p. 373, tradução nossa), questiona Smith ao afirmar que “a menos que mais seja dito”, um desejo de fazer o que é correto está presente também na compreensão internalista da mudança motivacional (e não apenas na externalista), o que torna o argumento de Smith inconclusivo a respeito do seu propósito de oferecer uma razão para aceitar o internalismo em geral. Conferir MILLER, Alexander. **Contemporary Metaethics: An Introduction**. Polity Press, 2ª edição, 2013, p. 372-373.

fazem julgamentos morais em um sentido de entre aspas. Depois, com Michael Smith, observamos as possíveis lacunas dessa resposta e pudemos entender que a própria postulação do amoralista pelo externalista pode ser problemática. Nisso parece pertinente o seu esforço na comparação dos julgamentos morais com os julgamentos das cores, embora o argumento que ele ofereça em seguida em favor do internalismo – o da mudança motivacional – possa ser ainda insuficiente para os seus propósitos de estabelecê-lo (MILLER, 2013, p. 372-373; FISHER, 2011, p. 134).

Apontando para o que vem a seguir, o presente capítulo contribui na tentativa de pensar o internalismo – e, sobretudo, o de julgamento – como possibilidade filosófica de explicar a relação entre a moralidade e a motivação. Se mostrou claro que as objeções externalistas não precisam ter a última palavra; as respostas internalistas podem ser satisfatórias em muitos aspectos e é possível apontar que as próprias objeções podem estar, na verdade, mal formuladas. A partir dessa discussão localizada – entre internalistas de julgamento (Hare e Smith) e externalistas (Brink) –, propomos agora olhar para o debate a partir de um quadro metaético mais geral. Pretendemos, a partir do próximo capítulo, levar em consideração as diferentes posições internalistas – e não apenas as de julgamento. Será preciso entender quais os outros compromissos que permeiam o internalismo e o externalismo moral para visualizar se o internalismo (sob a forma de julgamento), pode conectar-se mais satisfatoriamente a uma teoria metaética. Para sintetizar em uma frase: vimos neste capítulo que o internalismo de julgamento apresenta *possibilidade de defesa* frente ao externalismo, isso é, que existem razões para *defendê-lo*; queremos saber agora quais razões existem para *preferir* essa tese em uma teoria metaética, avaliando, desse modo, a sua *pertinência filosófica*.

4 O INTERNALISMO DE JULGAMENTO ENQUANTO ELEMENTO DE UM CONTEXTO METAÉTICO AMPLO

4.1 Um impasse envolvido em algo maior

Até aqui, foram vistas as diferentes variações nos debates de psicologia moral, além de situarmos, a partir das distinções, a discussão entre externalistas e internalistas de julgamento a respeito da motivação moral. Esse último debate revelou alguns dos argumentos e estratégias utilizados para defender essa forma de internalismo frente aos desafios externalistas, apontando para a possibilidade de defesa dessa tese filosófica. A partir de agora, propomos avaliar a pertinência filosófica dessa mesma tese, e isso será feito tendo em vista um contexto metaético mais amplo. A pergunta a ser considerada até o final do trabalho pode ser colocada da seguinte maneira:

Pode o internalismo (e, especificamente, o internalismo de julgamento) constituir a melhor explicação filosófica, principalmente a respeito da conexão da moralidade (dos julgamentos morais) à motivação?

Para iniciar a reflexão, propomos considerar o cenário das discussões em psicologia moral – o **APÊNDICE A** evidencia as diferentes posições metaéticas que optam pelas formas de internalismo ou pelo externalismo moral, como será apresentado ao logo deste capítulo. Com o que foi dito até aqui, é possível perceber que o debate entre o internalismo e o externalismo tem se mostrado muito complexo e diversificado. Tem-se, por vezes, a impressão de que o debate não avança de modo significativo em direção a uma dessas alternativas teóricas (FISHER, 2011, p. 129-130). Afinal, de que maneira seria possível decidir entre essas posições? Haveriam outros comprometimentos metaéticos envolvidos nesse debate?

Um primeiro passo para expandirmos o olhar a respeito dessa discussão será esclarecer em que consiste a concepção humeana da motivação,¹³ para que, depois,

13 Uma consideração importante a ser feita é que essa concepção é melhor entendida como inspirada nos escritos de David Hume, e não como algo que ele próprio tenha defendido explicitamente. Sobre esse ponto, ver VAN ROOJEN, Mark S. **Metaethics: a contemporary introduction**. Routledge contemporary introductions to philosophy. Taylor & Francis, 1. ed., 2015,

seja entendido o modo como ela pode tomar parte e ocasionar implicações no cenário da metaética, interferindo nos debates de psicologia moral.

4.1.1 Apresentando a concepção humeana da motivação

Uma forma de lidar com o aparente impasse no avanço de uma posição internalista ou externalista pode ser, em vez de insistir na investigação da relação entre o julgamento moral e a motivação, tentar entender a natureza mesma da motivação moral (FISHER, 2011, p. 134). Como será visto, há teorias metaéticas que aceitam a concepção humeana da motivação, da mesma maneira que há teorias que a rejeitam e tentam explicar a motivação moral através de alguma concepção anti-humeana.

É possível apresentar de forma simples a concepção humeana a respeito da motivação, conduzindo a explicação a partir da forma que Miller sugere:

Nós podemos declarar de modo aproximado a Teoria Humeana da Motivação como segue: a motivação é uma questão de ter crenças e desejos (independentemente inteligíveis), onde crenças e desejos são 'independentemente inteligíveis' se eles são 'existências distintas' (MILLER, 2013, p. 440, tradução nossa).

Para entender o que está sendo assumido em uma teoria como essa, consideremos, primeiro, crenças e desejos como dois estados mentais distintos. É muito empregada, nesse sentido, a metáfora da “direção de ajuste”.¹⁴ Ela sugere a caracterização das crenças como os estados mentais que possuem direção de ajuste “mente-para-mundo” e, dos desejos, como os estados que têm a direção de ajuste oposta, ou seja, “mundo-para-mente” (ROSATI, 2016). A ideia básica é que enquanto uma crença representa o mundo, isto é, o seu conteúdo tenta se ajustar à forma como ele é; os desejos tentam fazer com que o mundo se ajuste ao seu conteúdo (FISHER, 2011, p. 134-135). Além disso, a concepção humeana alega que, sendo estados distintos, crenças e desejos podem ser entendidos de maneira

p. 66.

¹⁴ Essa metáfora é oriunda da filosofia da mente, cujos primeiros usos remontam a Elizabeth Anscombe. Conferir ANSCOMBE, G. E. M. **Intention**. Ithaca: NY: Cornell University Press, 2ª edição, 1963, 94p.

independente, de modo que a existência de um não garante a do outro (MILLER, 2013, p. 440-441; ROSATI, 2016; SHAFER-LANDAU, 2003, p. 122).

Ao defender essas ideias, essa concepção sugere que tanto crenças quanto desejos desempenham papéis na motivação, ambos são necessários: “embora [...] pareça que enquanto os desejos são suficientes para a motivação, as crenças sempre são apenas necessárias” (FISHER, 2011, p. 135, tradução nossa) – ou seja, elas “nunca são suficientes para a motivação” (SHAFER-LANDAU, 2003, p. 122, tradução nossa).

4.2 Apresentando ‘o problema moral’

Esclarecidas as reivindicações dessa concepção teórica a respeito da motivação, trazemos uma contribuição interessante de Michael Smith, que pode ser utilizada para avaliar o cenário geral da metaética e os desacordos nele envolvidos. É à luz do seu diagnóstico que propomos considerar a pertinência filosófica do internalismo de julgamento. Smith parte da constatação de que, como pode ser percebido nas diferentes teorias metaéticas, o internalismo a respeito da motivação é uma tese que entra em conflito com outras reivindicações plausíveis sobre a natureza da moralidade. É essa a explicação, segundo ele, para os debates em psicologia moral não saírem do aparente impasse no qual se encontram. Existiriam, portanto, outros comprometimentos metaéticos aos quais os filósofos estão envolvidos que os fazem divergir drasticamente. O problema a que Smith se refere tem tanta importância que é chamado por ele de ‘o problema moral’. Segundo esse problema, as seguintes posições seriam filosoficamente incompatíveis:

- (1) Julgamentos morais expressam crenças.
- (2) Julgamentos morais possuem uma conexão necessária com estar motivado.
- (3) A motivação é uma questão de ter, entre outras coisas, desejos adequados (e independentemente inteligíveis) (MILLER, 2013, p. 362, tradução nossa).

É possível verificar que há, pelo menos, três saídas comuns¹⁵ para o problema moral entre (1) o cognitivismo, (2) o internalismo a respeito da motivação e (3) a teoria humeana da motivação. Vejamos quais são, ao mesmo tempo que compreendemos as ideias centrais envolvidas nas teorias metaéticas cognitivistas e não-cognitivistas que fazem suas escolhas entre as posições do problema moral.

4.2.1 Saída I: Externalismo

Uma maneira de evitar a tensão das teses do problema moral é negar (2), assumindo um cognitivismo externalista. Uma teoria metaética **cognitivista** defende que, como os juízos morais expressam estados cognitivos (como crenças), as proposições morais são capazes de possuir valor de verdade (MILLER, 2013, p. 25; ROSATI, 2016). Se trata, portanto, de uma posição em epistemologia moral, o domínio de investigação metaética que se relaciona com as questões ligadas ao conhecimento na moralidade. Os cognitivistas de que estamos falando neste tópico (que defendem o externalismo) são de um tipo especial: eles são também **naturalistas** em metaética. Dessa forma, em primeiro lugar, eles são defensores do **realismo moral**, pois, ao afirmar que existem fatos morais, eles entendem que esses fatos são constituídos de propriedades naturais (ROSATI, 2016). Essas duas posições são relativas à ontologia moral, o domínio metaético que estuda a natureza mesma da moralidade – a forma como ela tem existência. Os defensores da saída I, que abraçam (1) e (3), são os naturalistas científicos (ou da Escola de Cornell) David Brink, Richard Boyd e Nicholas Sturgeon; assim como o defensor do naturalismo reducionista, Peter Railton. Os naturalistas da Escola de Cornell são **não-reducionistas**, ao contrário de Railton, que afirma que além de as propriedades

15 Duas exceções merecem destaque: os filósofos Russ Shafer-Landau e Michael Smith. O primeiro, um filósofo não-naturalista, aceita (1) o cognitivismo e rejeita tanto (2) o internalismo a respeito da motivação como (3) a teoria humeana da motivação, defendendo que “crenças morais são de fato intrinsecamente motivadoras”, mas que “elas não são necessariamente motivadoras” (ROSATI, 2016, tradução nossa). Smith, por sua vez, tenta resolver o problema moral aceitando (1), (2) e (3), ao construir uma posição que acomode o seu internalismo de julgamento fraco (visto no capítulo anterior) às outras reivindicações. Ele acredita que o impasse metaético em torno das posições do problema moral ocorre porque os filósofos tendem a rejeitar uma delas – sendo que, para ele, elas podem ser inconsistentes apenas à primeira vista.

morais serem supervenientes às naturais, elas podem ser também reduzidas a elas.¹⁶ Esses filósofos entendem que o cognitivismo é um traço essencial da moralidade e, a respeito da motivação, aceitam a concepção humeana. A tendência imediata que se segue da aceitação dessas duas posições é a rejeição do internalismo moral, pois, como Fisher explica:

Se julgamentos morais expressam crenças, e [pela tese humeana] crenças não podem garantir desejos, então um julgamento moral pode ou não ser acompanhado por um desejo. Mas dado que nós assumimos [na tese humeana] que desejos são necessários para a motivação, isso significa que julgamentos morais podem ou não motivar. Mas isso é rejeitar o internalismo, que afirma que julgamentos morais motivam *necessariamente* (FISHER, 2011, p. 138, em itálico no original, tradução nossa).

Dessa forma, o pensamento que esses filósofos têm em mente ao defender o externalismo é que “se os nossos julgamentos morais nos motivam é algo que depende dos fatos contingentes a respeito das nossas psicologias e das nossas crenças morais substantivas” (ROSATI, 2016, tradução nossa). Para citar um exemplo, Peter Railton defende que a moralidade se relaciona contingentemente com os interesses dos indivíduos, pois, por meio da racionalidade instrumental, eles podem não escolher os meios para fins que constituam o seu “interesse subjetivo objetivado” – que é, segundo Railton, aquilo que seria o melhor para esses indivíduos em uma situação (RAILTON, 2013).

4.2.2 Saída II: Anti-humeianismo

Outra saída está disponível para filósofos que querem sustentar (1) o cognitivismo, sem ter que abandonar (2) o internalismo. Esses filósofos avançam teorias da motivação anti-humeanas, negando (3). Eles podem ser vinculados ao internalismo de existência, nas suas variantes perceptual e metafísica. Sob a variante perceptual, podemos contar John Mackie, que defendeu uma posição cognitivista, embora **antirrealista** – defendendo que não existem fatos morais

¹⁶ Para a defesa da sua posição, conferir RAILTON, Peter. Realismo moral. In: DARWALL, Stephen; GIBBARD, Allan; RAILTON, Peter. **Metaética: algumas tendências**. Série Ethica. DALL'AGNOL, Darlei (Org.), tradução de Janyne Sattler. Ed. da UFSC, 2013, cap. 2, p. 105-158.

(MILLER, 2013, p. 28). A ideia básica desse filósofo é que, se fatos morais existissem, eles seriam como as formas platônicas e teriam ainda a capacidade de motivar quem os conhecesse. Mackie entende que todos os juízos morais que são feitos – que são a expressão de crenças, por serem cognitivos – são falsos, pois não há fatos morais com uma tal constituição ontológica e psicológica, acerca dos quais as teorias morais tentam falar. Outros filósofos que abraçam apenas (1) e (2), e defendem o internalismo perceptual, são John McDowell e David Wiggins, ambos representantes de teorias cognitivistas não-naturalistas, as teorias da sensibilidade. Para explicar de maneira breve, um **não-naturalista** acredita que, ao aceitar o realismo, é mais adequado dizer que os fatos morais são constituídos de propriedades não-naturais do que de naturais.

Outros filósofos que defendem apenas (1) e (2) estão alinhados ao internalismo de existência metafísico. Eles procuram defender posições cognitivistas em um sentido mais amplo, sem assumir o naturalismo ou o não-naturalismo (DARWALL; GIBBARD; RAILTON, 2013, p. 35). Entre eles estão os defensores de teorias das razões práticas, como Stephen Darwall, Thomas Nagel e Christine Korsgaard. Como já foi dito no primeiro capítulo, esses filósofos defendem que a objetividade ética se encontra fundada na razão prática dos agentes, sendo que, desse modo, os fatos morais podem relacionar-se à motivação de maneira mais fraca – como foi visto em Korsgaard.

Não é difícil perceber como assumir o cognitivismo e o internalismo leva à rejeição do humanismo sobre a motivação moral, pois, como Fisher escreve:

Assuma que o cognitivismo é verdadeiro e que julgamentos morais expressam crenças. Além disso, assumo que o internalismo está correto e julgamentos morais motivam necessariamente. Isso significa que nós temos que rejeitar a concepção Humeana, que argumenta que para a motivação nós precisamos de desejos e crenças, logo, para que os julgamentos morais que são crenças *motivem necessariamente* toda vez que alguém faz um julgamento moral, necessariamente seria preciso existir um desejo presente. Mas para assegurar isso, crenças deveriam garantir desejos, o que é explicitamente rejeitado pela concepção Humeana (FISHER, 2011, p. 139, em itálico no original, tradução nossa).

Existem duas formas de argumentar a favor de uma teoria anti-humeana da motivação. A principal estratégia de filósofos como McDowell tem sido argumentar que crenças podem ser intrinsecamente motivadoras, contrariando, assim, a ideia de que as crenças nunca são suficientes para a motivação – embora também seja possível procurar exemplos que questionem a ideia de que é sempre necessária a presença de um desejo para haver motivação (SHAFER-LANDAU, 2003, p. 122; FISHER, 2011, p. 137).

4.2.3 Saída III: Não-cognitivismo

Outra forma de escapar à tensão do problema moral é rejeitar (1) o cognitivismo moral. O **não-cognitivismo**, em suas várias vertentes, nega que os juízos morais sejam proposições capazes de receber valor de verdade, dado que os estados mentais por eles expressos não são cognitivos, como crenças (MILLER, 2013, p. 30). Dessa forma, por partirem dessas reivindicações negativas, essas teorias têm o ônus de dizer afirmativamente que tipo de estado mental é expresso – além de terem de oferecer uma explicação para o funcionamento da linguagem moral (VAN ROOJEN, 2015, p. 142). As respostas oferecidas são variadas. O **emotivismo** de A. J. Ayer afirma que “os juízos morais expressam emoções, ou sentimentos de aprovação e desaprovação” (MILLER, 2013, p. 30, tradução nossa). O **prescritivismo** de Hare – conhecido como ‘prescritivismo universal’ –, defende que “eles são preferências universais fundamentais” (DARWALL; GIBBARD; RAILTON, 2013, p. 56). O **expressivismo** de Allan Gibbard – conhecido como ‘expressivismo de normas’ – entende que eles expressam “um estado mental complexo que consiste em aceitar certas normas” (DARWALL; GIBBARD; RAILTON, 2013, p. 58). Há também o **quase-realismo** de Simon Blackburn, que sustenta que “os julgamentos morais expressam nossas disposições para formar sentimentos de aprovação e desaprovação” (MILLER, 2013, p. 31, tradução nossa). Como essas teorias seguem o antirrealismo moral, elas afirmam que não há fatos morais. Elas também são conhecidas por defender a conexão internalista de julgamento. Ou seja, elas acreditam que em vez de fatos morais, o que está ligado à motivação são os

estados mentais de julgamento moral que elas postulam em suas teorias. Assim, um dos atrativos do não-cognitismo encontra-se na possibilidade de sustentar tanto (2) o internalismo como (3) a concepção humeana da motivação – as duas visões predominantes no cenário das diferentes teorias metaéticas. Sabendo dessa força, muitas vezes os não-cognitivistas¹⁷ utilizam essas duas posições como premissas para argumentar contra o cognitivismo moral. Shafer-Landau oferece uma formulação clara do que ele chama de “*Argumento Não-cognitivista*”:¹⁸

1. Necessariamente, se alguém sinceramente julga uma ação correta, então está motivado em alguma medida a agir de acordo com esse julgamento. (*Internalismo de Julgamento Motivacional*).
2. Quando tomados isoladamente, crenças não motivam nem geram nenhum estado motivacionalmente eficaz. (*Humeísmo Motivacional*).
3. Portanto, julgamentos morais não são crenças. (*Não-cognitismo Moral*) (SHAFER-LANDAU, 2003, p. 120-121, em itálico no original, tradução nossa).

Tendo considerado o problema moral de Smith, é possível refletir sobre os motivos que podem levar à preferência da tese internalista de julgamento quando os filósofos discutem a psicologia moral no contexto das teorias metaéticas. Como foi visto, o argumento defendido pelos não-cognitivistas envolve o humeísmo e o internalismo, e sinaliza uma preocupação (e uma ênfase) dessas teorias em explicar a dimensão da moralidade que orienta a ação. Elas utilizam o internalismo de julgamento em favor das suas teses, afirmando que com ele estão em melhor posição para entender mais adequadamente esse aspecto da moralidade.

Dessa forma, como um último momento de avaliação da tese internalista de julgamento, propomos mostrar, a seguir, o seu papel em uma teoria metaética não-cognitivista.¹⁹ Esse será o contexto que teremos agora como guia, e, a partir do exemplo do expressivismo de normas de Allan Gibbard, será visto como o internalismo de julgamento pode servir para explicar a dimensão prática dos

17 Shafer-Landau indica que servem-se dessa estratégia, por exemplo, Stevenson, Hare, Mackie e Blackburn. Conferir nota explicativa em SHAFER-LANDAU, Russ. **Moral Realism: A Defence**. Clarendon Press, Oxford, 2003, p. 121.

18 O argumento aparece em outros lugares na literatura: é chamado de “argumento da psicologia moral” (MILLER, 2013, p. 30, tradução nossa) e de “argumento da praticidade” (FISHER, 2011, p. 140, tradução nossa).

19 Como toda posição filosófica, o não-cognitismo possui seus pontos fracos – os quais mereceriam uma investigação detalhada e possivelmente ainda mais extensa do que a presente.

juízos morais em uma teoria metaética – realçando, assim, a pertinência filosófica desse enfoque internalista.

4.3 O internalismo de julgamento em uma teoria metaética: o exemplo do expressivismo de normas

Para situar o internalismo de julgamento na teoria metaética de Gibbard, é preciso, primeiro, compreender as linhas gerais dessa teoria. Um dos compromissos do expressivismo (em geral) é a ideia de que “uma sentença normativa, [...], expressa um estado mental; o seu significado é explicado não ao estabelecer as suas condições de verdade, mas ao dizer qual estado mental ele expressa” (GIBBARD, 1990, p. 92, tradução nossa).

Dessa forma, o expressivismo de normas sustenta que os juízos morais expressam um estado mental não-cognitivo, nesse caso, o estado de “*aceitação de normas por parte de um agente*” (MILLER, 2013, p. 159, em itálico no original, tradução nossa). É importante destacar que Gibbard reconhece a existência de diferentes tipos de motivação, distinguindo, por exemplo, entre aceitar e internalizar uma norma (GIBBARD, 2013, p. 223-224; 230-233). Ele defende, contudo, que somente a motivação normativa pode constituir o estado mental de aceitação de normas. Isso porque somente ela constitui o sistema motivacional peculiarmente humano, que provém da linguagem, através de um dispositivo que Gibbard chama de “discussão normativa” – a discussão em que os seres humanos se engajam ao considerar o que fazer, e que tem por função a coordenação mútua do comportamento (GIBBARD, 2013, p. 219-221; 236; 238).

É interessante destacar aqui a importância da linguagem para as discussões metaéticas em psicologia moral. Como pôde ser visto, ela desempenha um papel central na teoria de Gibbard, mas é necessário sublinhar a sua relevância também nas respostas de Hare e Smith ao amoralista de Brink – tanto no argumento das aspas, como no argumento das cores e no da mudança motivacional.

Para compreender a posição filosófica do expressivismo de normas, trazemos aqui a estratégia empregada por Gibbard para defendê-la. Como Miller aponta, as

questões sobre o que é certo fazer são tratadas por esse filósofo como questões sobre a racionalidade dos sentimentos de culpa e ressentimento (MILLER, 2013, p. 159). A fim de realizar tal tratamento, Gibbard adota uma posição não-cognitivista na análise da racionalidade mesma, da qual depende a incorreção dos atos. Assim, segundo Gibbard, dizer que algo é errado – como, por exemplo, “Matar é errado” –, significa que é racional que aquele que mata sinta-se culpado, e que as outras pessoas tenham ressentimento de uma pessoa que faz tal coisa (MILLER, 2013, p. 160). Ou seja, para esse filósofo, “as normas para a incorreção são explicadas em termos das normas para a culpa e para o ressentimento” (GIBBARD, 2013, p. 216).

Tendo caracterizado rapidamente o expressivismo de normas, é possível ver agora como o internalismo de julgamento encontra-se presente nessa teoria. Gibbard sustenta que a aceitação de normas – que, como foi dito, é o estado não-cognitivo que ele compreende como o estado expresso pelos julgamentos morais – é basicamente um estado motivacional. Como o filósofo Antti Kauppinen explica:

[...] [o estado de aceitação de normas] é essencialmente uma tendência motivacional para agir ou sentir de maneiras que nós estejamos preparados para declarar publicamente na discussão a respeito do que fazer (KAUPPINEN, 2017, tradução nossa).

Tendo explicado o internalismo de julgamento a partir da teoria metaética de Gibbard, percebe-se, com o que foi dito, a compreensão que uma teoria como essa pode oferecer a respeito da natureza mesma da moralidade. Como Kauppinen explica:

O ponto de pensar em termos morais em primeiro lugar não é descobrir alguns fatos sobre o universo, mas para nos engajarmos a agir de maneiras que nos permitam viver juntos e colher os frutos da cooperação (KAUPPINEN, 2017, tradução nossa).

É nesse sentido que filósofos como Blackburn e Gibbard optam pelo não-cognitivismo moral. De fato, com o tempo, Gibbard aproximou-se do projeto quase-realista defendido por Blackburn. Por isso, cabe aqui fazer um breve esclarecimento acerca desse enfoque metaético. Como foi dito, o expressivismo não se compromete a explicar a linguagem moral em função de condições de verdade, entretanto, isso

não implica que os expressivistas devam negar “que faz sentido falar em verdades morais ou mesmo fatos morais” (KAUPPINEN, 2017, tradução nossa). De fato, essa ideia fornece o pano de fundo ao projeto quase-realista, o qual pretende, a partir do não-cognitivismo, explicar a aparência realista da prática moral (FISHER, 2011, p. 97).²⁰ Para fazer isso, o quase realismo considera, por exemplo, as sentenças morais como capazes de ser verdadeiras ou falsas apenas em um sentido mínimo – mas “em nenhum sentido robusto” destes termos (VAN ROOJEN, 2016, tradução nossa).²¹

Esclarecido esse ponto, é possível dizer que esses dois filósofos procuram, sobretudo, compreender a moralidade a partir da sua característica de guiar as ações humanas. Como foi visto com Gibbard, o estado mental de aceitação de normas constitui a estrutura motivacional humana e está intimamente ligado à linguagem – sendo que é justamente por conta da dimensão prática da moralidade, explicada nessa teoria por meio do internalismo de julgamento, que a participação na discussão normativa pode propiciar benefícios evolutivos (KAUPPINEN, 2017).

4.4 Considerações finais do capítulo

Este capítulo iniciou com a constatação de um aparente impasse na decisão por uma posição internalista ou externalista em metaética. Foi necessário contemplar o cenário metaético de maneira mais ampla para ver como diferentes comprometimentos filosóficos podem afetar as discussões em psicologia moral. Tal visão pôde ser colocada a partir do problema moral de Michael Smith, que envolve

20 Nesse sentido, o quase-realista vai um pouco além do que o teórico do erro. A partir da constatação, já mencionada, de que os fatos morais, se existissem, seriam entidades ontologicamente “estranhas” (como sugere Mackie), o quase-realista entende que é preciso explicar por que o discurso moral tende a aparecer como realista: explicando, por exemplo, por que tendemos a atribuir valor de verdade aos juízos morais.

21 Essa concepção é conhecida como “deflacionista”, uma vez que ela deflaciona a noção de verdade de qualquer conteúdo substancial. Por exemplo, Blackburn acredita que “a verdade predicada é apenas um dispositivo útil para endossar proposições sem necessariamente mencioná-las, como quando nós dizemos ‘Tudo o que o Papa diz é verdade’” (KAUPPINEN, 2017, tradução nossa). Ver KAUPPINEN, Antti, Moral Sentimentalism. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Spring 2017 Edition), Edward N. Zalta (ed.). Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2017/entries/moral-sentimentalism/>>. Acesso em: 10 out. 2017.

não apenas a discussão entre o externalismo e os diferentes tipos de internalismo, mas também o debate em torno da concepção humeana da motivação e as diferentes posições cognitivistas e não-cognitivistas.

Basicamente, foi visto que existem três formas de articular essas diferentes posições filosóficas – ou seja, que existem três saídas para o problema moral. A primeira delas é o cognitivismo externalista assumido por filósofos naturalistas, que entendem que existem fatos morais – embora a motivação esteja relacionada à moralidade apenas de modo contingente por depender de algo como os interesses dos agentes, por exemplo. Outro caminho tomado por defensores do internalismo de existência (seja perceptual ou metafísico) é defender o anti-humeísmo acerca da motivação moral. Mackie, por exemplo, é um filósofo antirrealista que adota o internalismo perceptual e o cognitivismo; McDowell, teórico da sensibilidade, adota essas duas mesmas posições sobre uma base cognitivista e realista. Já os filósofos defensores de teorias das razões práticas, embora cognitivistas, procuram articular essa posição a um internalismo metafísico, que é mais fraco, ao entender os fatos morais como apenas contingentemente motivadores. Como foi dito, o humeísmo pode ser rejeitado tanto ao afirmar que crenças podem motivar, como ao negar que desejos são sempre necessários para a motivação. Por fim, foi considerado o não-cognitivismo, que é a proposta de sustentar a teoria humeana da motivação e o internalismo de julgamento. As teorias não-cognitivistas, pela rejeição do realismo moral, defendem que não há fatos morais e que a motivação se relaciona à moralidade por meio do julgamento moral.

Consideramos essa defesa do internalismo de julgamento como, talvez, a alternativa mais promissora na explicação da psicologia moral no contexto das teorias metaéticas. Por esse motivo, analisamos a pertinência filosófica dessa tese em uma teoria não-cognitivista através do exemplo do expressivismo de normas de Allan Gibbard. Como foi visto, essa teoria sustenta que os julgamentos morais expressam o estado mental não-cognitivo de aceitação de normas, o qual é basicamente um estado motivacional – o que torna evidente a centralidade do papel explicativo que o internalismo de julgamento possui em tal teoria.

5 CONCLUSÃO

A questão a respeito da conexão entre a moralidade e a motivação para agir serviu de tema para a presente monografia, de modo que o seu estudo dedicou-se, de modo especial, aos debates metaéticos em psicologia moral envolvendo o internalismo e o externalismo moral. Especificamente, foram apresentadas, no primeiro capítulo, a partir do filósofo Stephen Darwall, as distinções conceituais envolvidas nos debates entre o internalismo e o externalismo moral – seja na discussão da relação entre a moralidade e as razões para agir, seja naquela a respeito da conexão entre as razões e a motivação moral. Também foi apresentado nesse capítulo a tese do internalismo de julgamento, diferenciando-a das formas de internalismo de existência, e, ainda, as possibilidades de conceber a conexão internalista de uma maneira mais fraca – estas últimas discutidas a partir de Mark van Roojen.

Todas essas distinções conceituais permitiram, no segundo capítulo, recriar de modo preciso um debate localizado entre internalistas de julgamento e externalistas, tendo como fio condutor a objeção posta pela figura do amoralista de David Brink. A partir dos argumentos de Richard Hare e Michael Smith, percebeu-se que o amoralista não derrota a possibilidade de defesa de uma tese internalista de julgamento, e que pode haver problemas com a objeção do amoralista, tal como ela é formulada – o que foi indicado, sobretudo, por Smith.

O terceiro capítulo iniciou-se com a ideia de que, talvez, as discussões em psicologia moral pareçam não avançar pelo fato de existirem outras posições filosóficas envolvidas nesse debate – o que torna-o ainda mais intrincado. Foi preciso olhar para a questão a partir de uma perspectiva mais ampla que a do capítulo anterior. Desse modo, outros debates em metaética – como aquele a respeito das concepções humanas e anti-humanas da motivação e o debate entre cognitivistas e não-cognitivistas – mostraram-se, a partir do problema moral de Smith, extremamente importantes para os filósofos na discussão entre o internalismo e o externalismo. Esse olhar mais amplo possibilitou dizer algo também sobre as

formas de internalismo de existência, as quais haviam sido pouco exploradas até então.

Foi visto que os filósofos cognitivistas que aceitam o externalismo tendem em geral a não priorizar em suas teorias o aspecto prático da moralidade.²² Eles podem, inclusive, “negar que exista uma dimensão assim a ser capturada”, a exemplo de Brink (LENMAN, 2014). De modo geral, a ênfase dos naturalistas é colocada na investigação da realidade objetiva da moralidade – de modo que, para explicá-la, endossam o externalismo a fim de mostrar que fatos naturais podem ou não motivar (VAN ROOJEN, 2015, p. 208).

As formas de cognitivismo que tentam acomodar o internalismo precisam qualificá-lo, como Smith,²³ que tenta reconciliar a objetividade e a praticidade dos julgamentos morais, aceitando também a teoria humeana da motivação (SMITH, 1994, p. 7). No entanto, com todas as crescentes qualificações, é possível colocar em dúvida se nos encontramos ainda diante de uma forma de internalismo. Por exemplo, Russ Shafer-Landau, um defensor do externalismo, trata os julgamentos morais como apenas contingentemente motivadores, pois condições como “exaustão extrema, depressão severa, ou impulsos contrários incontrolláveis” podem fazer com que as “crenças intrinsecamente motivadoras falhem em motivar” (ROSATI, 2016, tradução nossa).²⁴ Como foi visto no segundo capítulo, Smith, trata essas mesmas condições como anuladores que dão suporte à sua tese internalista, e não ao externalismo, como faz Shafer-Landau. Esse fato sugere que pode haver desacordos mesmo quanto à classificação de visões assim sofisticadas como internalismo ou externalismo.

22 Uma exceção interessante é o filósofo Peter Railton, por exemplo, que entende ser necessário explicar a dimensão prática da moralidade, embora a melhor explicação seja, para ele, externalista, a qual já foi explicada brevemente. Conferir RAILTON, Peter. Realismo moral. In: DARWALL, Stephen; GIBBARD, Allan; RAILTON, Peter. **Metaética: algumas tendências**. Série Ethica. DALL'AGNOL, Darlei (Org.), tradução de Janyne Sattler. Ed. da UFSC, 2013, cap. 2, p. 105-158.

23 O mesmo acontece com os defensores das teorias das razões práticas (a exemplo de Korsgaard), ao postularem que os fatos morais, que estão fundados na razão prática dos agentes, podem motivar dentro de algumas condições.

24 Como Connie Rosati indica, conferir SHAFER-LANDAU, Russ. **Moral Realism: A Defence**. Clarendon Press, Oxford, 2003, p. 147-148.

As posições não-cognitivistas, por sua vez, são conhecidas por sustentar o internalismo de julgamento, o qual pode ser convenientemente alinhado à concepção humeana da motivação – o que constitui um dos principais atrativos dessas teorias. Através da posição de filósofos como Allan Gibbard – e também Simon Blackburn – é possível perceber a ênfase que essas teorias atribuem à explicação da dimensão prática da moralidade. Desse modo, Gibbard é um exemplo de como essas teorias podem, por meio do internalismo de julgamento, oferecer respostas pertinentes quanto ao domínio metaético da psicologia moral filosófica.

Concluimos, dessa forma, sinalizando para a relevância da discussão do internalismo e do externalismo, por ter sido dedicados a ela tantos esforços: seja em utilizar o internalismo de julgamento como premissa (não-cognitivismo); seja na tentativa de compatibilizar posições (como o cognitivismo e o internalismo); ou mesmo em tentar estabelecer a falsidade do internalismo em suporte das teorias naturalistas acerca dos fatos morais. Olhando para o cenário metaético, percebe-se que essa dimensão prática da moralidade ganha a atenção de internalistas e externalistas – que trabalham na tentativa de explicá-la, ou seja, explicar a conexão entre a moralidade e a motivação. Por fim, gostaríamos de encerrar dizendo – como consta na epígrafe que motivou a realização deste trabalho – que “existe mais trabalho a ser feito” (VAN ROOJEN, 2015, tradução nossa, p. 208). Portanto, é preciso aprofundar mais o estudo das diferentes teorias metaéticas envolvidas no debate, especialmente aquelas que defendem o internalismo de julgamento, como as de Gibbard e Blackburn. Portanto, este trabalho constitui apenas um estudo inicial sobre essa temática metaética tão rica e complexa que é a da psicologia moral. Esperamos, em um futuro próximo, realizar uma pesquisa ainda mais profícua quanto às questões envolvidas na presente monografia.

REFERÊNCIAS

ANSCOMBE, G. E. M. **Intention**. Ithaca: NY: Cornell University Press, 2ª edição, 1963, 94p.

ARISTÓTELES. **Ethica Nicomachea**. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W. D. Ross. São paulo, Abril Cultural, 1980, Livro VII, p. 157-176.

BRINK, David O. **Moral realism and the foundations of ethics**. Cambridge University Press, 1989, p. 37-43, 46-48.

DARWALL, Stephen. Razões, motivos e as exigências da moralidade: uma introdução. In: DARWALL, Stephen; GIBBARD, Allan; RAILTON, Peter. **Metaética: algumas tendências**. Série Ethica. DALL'AGNOL, Darlei (Org.), tradução de Janyne Sattler. Ed. da UFSC, 2013, cap. 6, p. 275-290.

DARWALL, Stephen. Internalism and Agency. **Philosophical Perspectives**. Blackwell Publishing, vol. 6, Ethics (1992), p. 158-159. Disponível em: <<https://campuspress.yale.edu/stephendarwall/files/2015/10/internalism-and-agency-1z8nwkd.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

DARWALL, Stephen; GIBBARD, Allan; RAILTON, Peter. **Metaética: algumas tendências**. In: DALL'AGNOL, Darlei (Org.); tradução de Janyne Sattler. Florianópolis: Editora UFSC, 2013, p. 35-42, 56, 58, 60-75.

FISHER, Andrew. **Metaethics: An Introduction**. Acumen Publishing, 2011, p. 97, 129-130, 134-135, 137-140.

GIBBARD, Alan. Escolhas sábias, sentimentos apropriados. In: DARWALL, Stephen; GIBBARD, Allan; RAILTON, Peter. **Metaética: algumas tendências**. Série Ethica. DALL'AGNOL, Darlei (Org.), tradução de Janyne Sattler. Ed. da UFSC, 2013, cap. 4, p. 216, 219-221, 223-224, 230-233, 236-238.

GIBBARD, Allan. **Wise Choices, Apt Feelings**. Cambridge: Harvard University Press, 1990, p. 92.

HARE, Richard M. **The Language of Morals**. Claredon Press, Oxford, 1952, p. 124-126, 163-165.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Tradução Paulo Quintela. Edições 70, 2007, 119p.

KAUPPINEN, Antti, Moral Sentimentalism. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Spring 2017 Edition), Edward N. Zalta (ed.). Disponível em:

<<https://plato.stanford.edu/archives/spr2017/entries/moral-sentimentalism/>>. Acesso em: 10 out. 2017.

LENMAN, James. Moral Naturalism. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Spring 2014 Edition), Edward N. Zalta (ed.). Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2014/entries/naturalism-moral/>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

MILL, John, S. **Utilitarismo**. Introdução, Tradução e Notas de Pedro Galvão. Porto Editora, 2005, p. 67-74.

MILLER, Alexander. **Contemporary Metaethics: An Introduction**. Polity Press, 2ª edição, 2013, p. 25, 28, 30-31, 159-160, 362, 365-376, 440-441.

PLATÃO. **A República**. Introdução e notas de Robert Baccou. Tradução de J. Guinsburg. Editora Europeia do Livro, São Paulo, 1º Vol., 1965, p. 95-105.

RAILTON, Peter. Realismo moral. In: DARWALL, Stephen; GIBBARD, Allan; RAILTON, Peter. **Metaética: algumas tendências**. Série Ethica. DALL'AGNOL, Darlei (Org.), tradução de Janyne Sattler. Ed. da UFSC, 2013, cap. 2, p. 105-158.

ROSATI, Connie S. Moral Motivation. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Winter 2016 Edition), Edward N. Zalta (ed.). Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/win2016/entries/moral-motivation/>>. Acesso em: 9 ago. 2017.

SHAFER-LANDAU, Russ. **Moral Realism: A Defence**. Clarendon Press, Oxford, 2003, p. 120-122, 147-148.

SMITH, Michael. **The Moral Problem**. Blackwell Publishing, 1994, p. 7, 21, 66, 68-72, 74-76, 120.

SVAVARSDÓTTIR, Sigrún. Moral Cognitivism and Motivation. **The Philosophical Review**, Cornell University, vol. 108, No. 2. (Apr., 1999), 161-219.

VAN ROOJEN, Mark S. **Metaethics: a contemporary introduction**. Routledge contemporary introductions to philosophy. Taylor & Francis, 1. ed., 2015, p. 57-58, 61-62, 66, 142, 206-208.

VAN ROOJEN, Mark. Moral Cognitivism vs. Non-Cognitivism. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Winter 2016 Edition), Edward N. Zalta (ed.). Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/win2016/entries/moral-cognitivism/>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Mapa da psicologia moral

